

Ao Conselho Científico da FPCEUP:

No passado mês de Novembro a Direcção-Geral de Formação Vocacional lançou um comunicado interno para os Centros de RVCC, sem conhecimento público, informando que só poderiam ser profissionais de RVCC os Licenciados que tivessem um qualquer certificado de habilitação para a docência. Como era de esperar houve Licenciados em Ciências da Educação (LCE) e Licenciados em Psicologia (LP) que começaram a ser despedidos, já que não possuem esse certificado. Sabemos que na nossa Faculdade existem dois grupos de trabalho (um em Psicologia e outro em Ciências da Educação) que construíram e irão entregar uma proposta com o objectivo de os nossos estudantes obterem o certificado de habilitação para a docência em áreas como a Cidadania e Empregabilidade. Eram, exactamente, as áreas de cidadania e empregabilidade que os LCE e LP asseguravam nos CRVCC e que foram perdendo por não possuírem o certificado de docência. O que facilmente se percebeu foi que esta medida não passava de uma estratégia para acalmar os professores e dar-lhes mais oportunidades de trabalho, passando eles mesmos a assumir tanto esta área – cidadania e empregabilidade – como a função de monitores e orientadores dos processos de CRVCC. São criados mais postos de trabalho para professores em troca de mais desemprego para LCE's e LP's, entre outros.

Não queremos, com este comentário, iniciar uma guerra entre nós (LCE's e LP's) e os professores, trata-se – isso sim – de fazermos pressão e mostrar o quão incoerente é esta decisão. Como podemos cair na tentação de reproduzir o modelo escolar num local onde é suposto certificar e validar competências de pessoas que abandonaram, ou foram abandonadas pelas escola? Terá sentido transformarmos os momentos de trabalho individual e colectivo – com os participantes nos RVCC – em aulas, numa relação de sábio e aprendiz? Não é na vida dos participantes, nas suas experiências, na construção da sua história de vida que devemos alicerçar este processo? Então porque é que os professores têm mais habilitações do que um LCE ou LP? Professores cuja formação pedagógica e capacitação para o trabalho com adultos foi mínima vão assumir este trabalho? Parece-nos que, para além de uma questão corporativista, se trata de um grande problema para a formação

de adultos e em particular para os CRVCC. A nossa opinião é muito simples e pragmática: reproduzir o modelo escolar nestas instituições é matá-las.

Posso acrescentar que a ANALCE já comunicou ao Ministério da Educação e à Assembleia da República o seu descontentamento e o caso está a ser estudado pela Comissão Permanente de Educação de Adultos da Assembleia da República. Relativamente ao nosso papel, parece-me fulcral que a FPCEUP se posicione, não só enviando o pedido de habilitação para a docência mas quem sabe por um comunicado que expresse esta preocupação. A Associação de Estudantes, para além de sensibilizar a FPCEUP, tentará publicar esta nossa intenção e fazer chegar este problema ao número máximo de interessados.

Pela Direcção da AEFPEUP

Tiago Pinto